

## **REQUERIMENTO Nº 160/16**

Senhora Presidente,

Considerando informações da imprensa de que o Executivo Municipal não teria disponibilidade financeira para arcar com as despesas de manutenção e custeio da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), inclusive qualificando essa conquista como “presente de grego”, é de se entender que, por ora, não há possibilidade de que se inicie o funcionamento daquela unidade de saúde.

Considerando que não houve nenhuma discussão oficial com a Câmara sobre essa questão.

Considerando a necessidade de sabermos de forma efetiva qual a proposta da Administração Municipal em relação à UPA, **REQUEREMOS**, regimentalmente à Mesa, com fundamento no inciso IX, do artigo 17, oficiar ao Dr. João Eduardo Barbosa Pacheco, Prefeito do Município, para que envie a esta Casa de Leis, no prazo do inciso XVI, do artigo 74, da LOMA, as seguintes informações:

1) Qual a proposta da Administração Municipal para a solução desse impasse, objetivando o início das atividades da UPA? Existe alguma alternativa que possa ser implementada pelo Executivo Municipal?

2) Como se deram as tratativas entre a Administração Municipal à época e o Governo Federal visando a liberação dos recursos financeiros para a instalação dessa Unidade de Pronto Atendimento em Adamantina? Quais seriam as obrigações da municipalidade na sua manutenção? Anexar documentos que comprovem as informações fornecidas.

3) Houve a designação de algum profissional da saúde para ocupar emprego em comissão de Chefe de Divisão de UPA no período de 2011/2015? Se positivo, quem foi a pessoa designada e qual o período em que teria exercido tal função? Anexar documentos que comprovem as informações fornecidas.

Plenário Vereador José Ikeda, 23 de maio de 2016.

**HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS**

Vereador

**LUIZ CARLOS GALVÃO**

Vereador

**ROBERTO HONÓRIO DE OLIVEIRA**

Vereador

**ROGÉRIO CÉSAR SACOMAN**

Vereador